

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI E

NORMANN KESTENBAUM

Em busca do 'fast track' jurídico

Objetividade, clareza
e concisão podem fazer
milagres para tornar
mais ágil o rito judicial

Em 2013 os juízes brasileiros movimentaram nada menos que 18 milhões de processos. O número é empolgante, mas quando tomamos ciência de que no mesmo ano entraram quase 20 milhões de novos pleitos o desânimo se torna inevitável. Esse quadro se agrava ainda mais se considerarmos os inúmeros volumes de cada processo, tal a volúpia em escrever e a prolixidade em se exprimir.

O caminho certamente não é exigir mais dos julgadores. Segundo matéria publicada neste jornal em 3 de novembro de 2014, *A fadiga da magistratura*, os juízes estão absolutamente exauridos e tornaram-se vítimas dessa sobrecarga, indiscutivelmente desumana.

Em reportagem intitulada *Pesquisa mostra baixa confiança no Judiciário* e publicada uma semana depois em outro periódico, fica claro o impacto negativo desse contexto perante a sociedade. Contudo, se destrincharmos a raiz dessa desconfiança, percebemos que o motivo maior – felizmente – não reside na qualidade das sentenças proferidas, mas na dificuldade de acesso à Justiça, aos custos envolvidos e, claro, a morosidade dos processos.

Essa terceira causa, a morosidade dos processos, merece atenção especial. As súmulas vinculantes e a informatização dos tribunais trouxeram avanços importantes. Todavia os

números acima indicam que é preciso fazer mais, muito mais. É urgente intensificar a informatização. Ela poderia significar, em primeiro lugar, o fim do suporte papel. O papel já cumpriu o seu papel, pode-se afirmar, com ênfase na polissemia do idioma.

Mas há também uma oportunidade para dinamizar o rito judicial que permanece inexplorada: incentivar a concisão e a objetividade, criando condições tangíveis e praticáveis para que julgadores recebam menos informações – porém, mais estruturadas e claras – e a partir disso eles sejam capazes de retornar com decisões mais rápidas.

Para que isso ocorra, em primeiríssimo lugar, há que reconhecer a incapacidade dos magistrados de absorver, interpretar e processar o excesso de conteúdo dos milhares de demandas que chegam aos tribunais todos os dias. Nesse sentido, cabe lembrar as palavras do ministro Cezar Peluso à época em que presidia o Supremo Tribunal Federal (STF): “É humanamente inconcebível para um ministro trabalhar em todos os processos que recebe, pois ninguém dá conta de analisar 10 mil ações por ano”. Ninguém consegue ler petições com dezenas de páginas, a maior parte delas copiada de doutrina ou jurisprudência, reproduzidas apenas para impressionar o julgador. Este precisa ler o que

lhe é apresentado, mas de forma sintética, pois um direito que teve de ser explicitado em muitas laudas não deve ser tão tranquilo assim.

Ora, se os juízes são incapazes de ler uma boa parte do que lhes é enviado, por que persistir no envio de uma verdadeira poluição de informações para cada petição? O ministro Peluso costumava dizer que a causa raiz da maioria dos problemas enfrentados pelo Poder Judiciário é ter de lidar com o volume desnecessário de informações levadas aos tribunais.

Ao nos aprofundarmos nessa questão, deparamos com um episódio emblemático: a queda de braço entre advogados e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) durante a fusão da Sadia com a Perdigão. De um lado, os advogados esbravejavam inconformados com a demora do processo. Do outro, o relator do Cade rebatia esses argumentos, afirmando: “O tempo de análise decorreu da condução do processo pelas empresas (...), que acham que mostrar 19 pareceres é normal!”. De fato, encarar quase duas dezenas de pareceres não deve ser tarefa fácil, muito menos rápida.

CONTINUA

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na Corregedoria-Geral da Justiça foi tentado implementar o Projeto “Petição 5-Sentença 5”, para incentivar os juizes e advogados a não se utilizarem de mais do que cinco laudas para suas petições, alegações, razões ou decisões. Não vingou. Mas ao menos foi firmado um protocolo instituindo a “Petição 10”. Dez laudas é um espaço mais do que suficiente para exprimir ideias, formular pretensões ou para mostrar as razões que levam a decidir de uma ou de outra forma.

Isto posto e tomando como verdades 1) a incapacidade dos julgadores e 2) o excesso de conteúdos desnecessários, entendemos que o caminho para amenizar essas desventuras em série requer um primeiro passo fundamental: os juizes deveriam assumir uma atitude proativa e estabelecer um ambiente favorável para que advogados dispostos a ofertar peças processuais enxutas, estruturadas e objetivas sejam consagrados com decisões mais rápidas. Simples assim.

Estamos seguros de que, se os advogados forem incentivados a praticar concisão com qualidade e em contrapartida suas causas receberem atenção e ritmo especial, haverá uma verdadeira revolução no *status quo* jurídico, principalmente no que tange à agilidade e à eficiência. Essa inovação certamente resgatará a confiança – ou boa parte dela – da sociedade brasileira na Justiça do País.

Sabemos que chegar à concisão com qualidade não é tarefa fácil, requer tempo e muita reflexão. Mark Twain costumava dizer: “Desculpe não ter escrito uma carta mais curta, faltou tempo!”. Que juizes e advogados desvendem juntos o poder da concisão. O esforço certamente valerá a pena e seus efeitos positivos serão festejados não somente por eles, mas por toda a sociedade.

Todavia, antes disso, é preciso conscientizar a classe jurídica de que a objetividade, a clareza e a concisão podem fazer milagres em relação ao funcionamento do Judiciário.

Complicar é fácil. O difícil é ser simples. E se a Justiça não vier a se tornar simples, poderá ser descartada por outras fórmulas mais ágeis e econômicas de resolver questões humanas controversas.

 PRESIDENTE DO TRIBUNAL
DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
E CEO DA BAUMON CONSULTORIA

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ avalia deixar sede própria e alugar imóvel por R\$ 1,2 mi

Conselho reclama de 'precariedade' do prédio onde realiza sessões plenárias e alega que reforma seria mais cara

Talita Fernandes / BRASÍLIA

Passados seis meses desde que o Conselho Nacional de Justiça deixou a sede do Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2014, o órgão estuda mudar novamente o endereço de onde as sessões plenárias são realizadas. A mudança de prédio é solicitada diante de uma série de queixas sobre as condições do edifício, localizado no fim da Asa Norte, que vão de alagamento, problemas de acesso, excesso de ruídos até problemas nos elevadores.

A mudança implicará, contudo, em um custo adicional com aluguel, já que o prédio onde a presidência do CNJ está localizada é próprio. Uma comissão organizada desde outubro de 2014 já estuda imóveis que poderão abrigar o Conselho. Diante da negativa de imóveis da União que atendam à demanda do órgão, a comissão consultou 18 prédios particulares que teriam disponibilidade em Brasília – desse total, seis foram classificados como possíveis em propostas que variam de um custo anual entre R\$ 14 milhões e R\$ 23 milhões com aluguel.

Custo. Os consultores, contudo, têm predileção por um novo edifício construído pela Confederação Nacional do Comércio, no setor de autarquias Norte, em Brasília. A escolha do imóvel implicaria em um custo médio de R\$ 1,2 milhão por mês

com aluguel. Inicialmente, a proposta da confederação era de R\$ 23 milhões por ano, valor que foi reduzido para R\$ 14,65 milhões em um valor médio anual. O prédio da confederação acaba de ser lançado e abrigará a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, órgão ligado ao Ministério da Fazenda.

Ao CNJ caberia transportar o mobiliário, custo que ainda não foi estimado. De acordo com cálculos do Conselho, a decisão de permanecer na sede dependeria de uma reforma total, estimada em R\$ 35,5 milhões. Além disso, argumentam que a mudança de endereço pode ser justificada para unificar todas as repartições do Conselho, hoje espalhadas em cinco prédios de Brasília.

Em sessão plenária realizada na manhã de ontem, o presidente do Conselho, ministro Ricardo Lewandowski, decidiu abrir um edital para procura de novos prédios que possam sediar a instituição. Definiu também que a comissão que cuidará da escolha do novo edifício será acrescida de mais seis integrantes. Com isso, a comissão terá um total de 11 participantes. Após a abertura do edital, haverá um prazo para 30 dias para apresentação da proposta final, que deverá ser aprovada em plenário. Após essa decisão, o prazo para mudança será de 60 dias.

A troca de edifício ocorreu no fim da gestão de Joaquim Barbosa, que deixou a presidência do Supremo, e do Conselho, em agosto de 2014. Conselheiros argumentam que a mudança ocorreu sem aprovação do plenário, o que expôs o órgão a uma estrutura precária.

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO Com meia hora de água por dia, prédio recorre à Justiça

Condomínio afetado com redução da pressão vai cobrar 'abastecimento mínimo da Sabesp' para 192 famílias

Fabio Leite

O site da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) informa que a redução da pressão da água na Saúde, zona sul da capital, vai das 13h às 5h30. Mas no condomínio da engenheira Aurilene Santana, de 46 anos, que fica a um quarteirão da estação de Metrô do bairro, o abastecimento só dura meia hora por dia.

O volume de água que entra no período não enche nem 1/4 dos três reservatórios que abastecem os prédios onde vivem 192 famílias. São apenas 30 mil litros ao todo, ou seja, 50 litros por pessoa ao dia, menos da metade do recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU): 110 litros.

"Faz 15 dias que está assim. Reclamamos na Sabesp e eles dizem que o condomínio fica no fim do ramal de distribuição e por isso somos mais afetados pela redução da pressão. Não há mais o que fazer. Já autorizei os moradores a usar água da piscina em casa e vamos entrar com uma medida judicial para cobrar o mínimo necessário de água e o ressarcimento do que já foi gasto", disse Aurilene, síndica do prédio, que já pagou R\$ 5,4 mil só com caminhão-pipa.

A redução da pressão no local é tão drástica que nem mesmo um rodízio interno que já é feito no prédio consegue estocar água nas caixas. Muitos moradores nem sequer conseguem aproveitar os poucos minutos em que há água no prédio. É o caso da designer Isabela Berger Sacramento, de 33 anos. "Nós ficamos quatro dias completamente sem água. É degradante. Você não tem o mínimo nem para as necessidades básicas."

Em nota, a Sabesp diz que a Saúde "está em área de redução de pressão" e que "tem promovido ajustes na gestão de pressão justamente para evitar que moradores fiquem mais de 24 horas sem água, mas imóveis em regiões mais altas e distantes dos reservatórios podem levar mais tempo para ter o serviço retomado".

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

ONGs denunciam à ONU chacina de crianças no País

Jamil Chade
CORRESPONDENTE | GENEBRA

Uma coalizão de ONGs internacionais e brasileiras denunciou ontem na Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, o aumento do número de chacinas envolvendo crianças. A reunião entre os peritos e os ativistas foi realizada em total sigilo, sem a presença nem de imprensa nem de governo.

A última vez que a ONU examinou a condição da infância no Brasil foi em 2003. Naquele momento, o governo estava atrasado na entrega de seu informe e prometeu que cinco anos depois apresentaria sua versão.

Quase nada aconteceu depois disso, e a entidade chegou a ameaçar examinar o Brasil mesmo sem um informe apresentado pelo governo. Diante da pressão, o País apresentou sua posição e um exame vai ocorrer em setembro, mais de sete anos depois do previsto.

Os peritos da ONU, porém, convocaram representantes da sociedade civil para prestar informações da situação no Brasil. Ontem, o que ouviram foi um relato de uma profunda crise, em um informe elaborado por entidades como a Save the Children, Fundação Abrinq, Action Aid e Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. A constatação é de que, na última década, a situação se deteriorou de forma profunda no que se refere à segurança juvenil.

Douglas.
'Sei como a juventude é reprimida', disse em Genebra

Números. Segundo dados passados às Nações Unidas, entre 1997 e 2011, o número de homicídios passou de 6,6 mil para 8,8 mil, aumento de 33%. A taxa de mortes para cada 100 mil jovens passou de 19,6, em 1980, para 57,6 em 2012 (194%).

Um dos casos retratados nas reuniões foi o de Belém. Na madrugada de 5 de novembro de 2014, 11 pessoas foram mortas supostamente

por milícias que entraram em bairros da periferia da cidade atacando principalmente jovens. A chacina aconteceu depois da morte de um policial militar no bairro do Guamá.

Para apresentar a voz dos jovens brasileiros, as ONGs levaram até Genebra Douglas dos Santos, de 17 anos, de Terra Firme, um dos bairros atingidos pelos ataques em Belém. "Venho de um bairro que enfrenta discriminações e sei como a juventude é reprimida."

Segundo a denúncia das ONGs, o homicídio "tem cor" no Brasil. Houve entre 2002 e 2012 uma redução nos assassinatos de jovens brancos, com queda de 32%. No caso dos negros, a tendência é inversa, com alta de 32%. Morreram proporcionalmente 168% mais de negros do que brancos em 2012.

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO MS ganha 'casa' e patrulha da Lei Maria da Penha

Pedro Venceslau

ENVIADO ESPECIAL / CAMPO GRANDE

A presidente Dilma Rousseff inaugurou ontem em Campo Grande (MS) a primeira unidade do programa "Casa da Mulher Brasileira", iniciativa que nacionaliza uma experiência do Rio Grande do Sul, as "Patrulhas Maria da Penha". Promessa de campanha, os equipamentos consistem em locais especializados em atender mulheres em situação de risco em várias frentes, com policiais, juizes, médicos e psicólogos.

As "Casas" serão instaladas em todas as capitais nos próximos quatro anos. As primeiras 12 unidades ficarão prontas em 2015, segundo o governo.

"Assim que o juiz determinar a medida protetiva, uma patrulha vai visitar a casa para conversar com a mulher, vizinhos e estabelecer relações", explica a secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Aparecida Gonçalves.

Botão do pânico. A ideia é que as mulheres vítimas de agressão recebam, além do acompanhamento multidisciplinar, um aparelho com um dispositivo de botão de pânico. Mato Grosso Sul foi escolhido para receber a primeira unidade porque é o segundo Estado com mais casos de estupro do Brasil e Campo Grande é a capital brasileira com a maior taxa de atendimentos no Disque 180.

Em todo o País, em 2014, houve aumento de 18% das denúncias de estupro, com média de três casos por dia. Foram registradas 52.957 denúncias de violência contra a mulher, 11% dos atendimentos do Disque 180.

Homem é condenado a 7 anos por beijo forçado

Um homem de 30 anos foi condenado pela Justiça baiana a sete anos de prisão por ter dado um beijo à força em uma mulher no carnaval de Salvador, em 2008. O ato foi classificado como estupro e julgado como crime hediondo. A Defensoria Pública apela contra a sentença. Segundo o defensor público José Brito de Souza, responsável pelo caso, o acusado e a vítima não foram ouvidos pelo juiz. Para ele, o que se busca não é a absolvição do agressor, mas a mudança do crime pelo qual responde.

Executivo afirma que propina era a 'regra do jogo'

Em depoimento à Justiça Federal, Julio Camargo diz que pagou propina de R\$ 12 milhões a ex-diretor e a ex-gerente da Petrobrás

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

Fausto Macedo

Julia Affonso

O executivo Julio Camargo, um dos delatores da Operação Lava Jato, declarou à Justiça Federal no Paraná que pagou propina de R\$ 12 milhões ao ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque e ao ex-gerente Pedro Barusco durante negociação de contrato da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. Ele atuou no Consórcio CCPR, das empresas Camargo Corrêa e Promon e, segundo a força-tarefa da Lava Jato, agia como consultor do Grupo Toyo Setal e intermediava pagamento de comissões a diretores da Petrobrás.

Segundo o executivo, caso os pagamentos de propinas não fossem feitos, os contratos poderiam não ocorrer. "Chegou um determinado momento em que essa conversa (*pedidos de propina*) não era mais necessária, era regra do jogo. Era uma confirmação daquilo que já existia. Pagava-se pela vontade de se obter sucesso", disse.

Camargo insistiu. "Havia uma regra do jogo. Se você não pagasse propina à área de Engenharia e de Abastecimento, o senhor não teria sucesso ou não obteria seus contratos na Petrobrás. Tinha como regra 1%, mas isso era muito flexível e muitas vezes isso era negociado. No meu caso, sempre negociei para menor e nunca para maior. Eu paguei em torno de R\$ 12 milhões. A maioria dos pagamentos era feita em contas indicadas no exterior e outra parte em reais aqui no Brasil."

Ele depôs segunda-feira co-

Condição

"Havia uma regra do jogo. Se você não pagasse propina à área de Engenharia e de Abastecimento, não teria sucesso ou não obteria seus contratos na Petrobrás"

Julio Camargo

EXECUTIVO DA TOYO SETAL

mo testemunha de acusação. Camargo confirmou o que havia dito sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em sua delação. Segundo ele, houve pedido de propina das áreas de Abastecimento, comandada na época por Paulo Roberto Costa, e de Engenharia, chefiada por Duque.

"Não fiquei responsável por nenhum pagamento neste caso, porque o meu contrato neste caso não tinha como custo, como ônus, nem o pagamento da área da Engenharia nem a área de Abastecimento. UTC e Odebrecht (*ficaram responsáveis pelo pagamento da propina*), para ambas as áreas."

UTC, Odebrecht e Toyo faziam parte do Consórcio TUC, responsável pelas obras do Comperj. O consórcio foi contratado sem licitação pelo valor inicial de R\$ 3,8 bilhões. "Não tenho conhecimento como foi operacionalizado (*pagamento da propina*), mas tudo leva a crer que foi operacionalizado, por-

que o contrato ocorreu, foi assinado, as obras seguiram muito bem e estamos no final da obra." Camargo disse que os pedidos de propina partiam dos diretores da estatal diretamente a ele.

Prática. Também depôs o executivo Augusto Mendonça, outro delator. Ele afirmou que a cobrança de "comissões" era prática institucionalizada na Petrobrás e que o ex-diretor de Serviços tratou diretamente com ele para que fossem pagos 2% em "vantagens" em contratos mantidos na estatal. "Eu diria que seria inimaginável não contribuir ou não fazer com que se comprometesse a contribuir", afirmou Mendonça, em depoimento prestado ontem à tarde na Justiça Federal, em Curitiba.

Executivo da Setal e da PEM Engenharia, ele disse que pagou propina a Duque e a Paulo Roberto Costa, e que foi pressionado pelo ex-líder do PP José Janene - morto em 2010 e apontado como criador do esquema de na Petrobrás. "A pressão era muito grande."

O delator anotou que os diretores da Petrobrás têm "peso muito importante na operação da companhia". "De modo que a posição de um diretor ela é absolutamente crucial para o andamento de uma companhia nas obras. Eles utilizavam esse tipo de argumentação para discutir comissões como também o pagamento."

Segundo ele, na Diretoria de Serviços, ocupada por Duque - indicado pelo PT -, os contratos em que teve de pagar propina são de 2007. "Fui procurado e discuti essas questões com o próprio Duque e Pedro Barusco, gerente de Engenharia da Petrobrás, na época."

CONTINUA

04 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O delator disse que as propinas na área de Abastecimento eram de 1% e na de Serviços, 2% – informação que já havia sido passada à força-tarefa em outubro de 2014 por Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef. “Eles me pediram, no caso do Paulo Roberto, 1%, e no caso do Renato Duque, 2%”, relatou Mendonça. Ele afirmou que outras empresas suspeitas de participarem do cartel também pagavam propinas.

Em nota, a Odebrecht negou pagamento de propinas. “A Odebrecht nega veementemente ter feito qualquer tipo de pagamento para executivos para obter contratos com a Petrobrás. Todas os contratos conquistados, há décadas, pela Odebrecht, junto a Petrobrás são produto de processos de seleção e concorrência previstos em lei. A UTC também negou envolvimento com propinas. “A UTC repudia veementemente boatos e tenta-

tivas de relacioná-la ao pagamento de propina. O próprio delator, conforme reportagens publicadas em novembro de 2014 sobre o mesmo depoimento, afirma não ter certeza do pagamento da propina, mas que ‘tudo leva a crer’ que os pagamentos teriam sido efetivados.”

O ex-diretor de Serviços Renato Duque tem negado reiteradamente envolvimento com o cartel de empreiteiras e recebimento de propinas.

Venina atribui a Duque ‘escalada de preços’ de refinaria

● A ex-gerente executiva da Diretoria de Abastecimento da Petrobrás Venina Velosa da Fonseca afirmou ontem, em seu primeiro depoimento à Justiça Federal, que aditivos contratuais geravam uma “escalada de preços” nos contratos da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Ela atribuiu ao ex-diretor de Serviços da

estatal Renato Duque, indicado pelo PT ao cargo, a responsabilidade por essa situação e declarou que um ex-gerente jurídico da companhia tentou alertar sobre o esquema de cartelização e foi punido internamente.

Venina era mulher de confiança do ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa – primeiro delator da Operação Lava Jato – e afirmou em novembro que havia alertado internamente o comando da Petrobrás, incluindo a atual presidente da estatal, Graça Foster. A ex-gerente foi ouvida

na Justiça Federal em Curitiba na ação penal em que são acusados executivos da empreiteira Engevix, o ex-diretor de Abastecimento e o doleiro Alberto Youssef, preso pela Lava Jato.

Venina já foi responsabilizada por quatro irregularidades que elevaram gastos e indicam a existência de cartel nas obras da Refinaria Abreu e Lima. Em uma delas, a ex-gerente é citada em um contrato com uma empresa do cartel – alvo da Lava Jato – que desconsiderou um desconto de R\$ 25 milhões. / F.M. e J.A.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Ato falho

Ao iniciar seu discurso na cerimônia de posse da nova cúpula do Tribunal de Justiça, anteontem, o desembargador Guilherme Luiz Gomes, que deixava a presidência do Poder Judiciário, saudou o prefeito Gustavo Fruet, à mesa, como deputado. Mas tirou a gafe de letra, dizendo que Fruet fora um grande deputado.

ENTRELINHAS

Carli Filho vai a júri?

A defesa do ex-deputado Luiz Fernando Ribas Carli Filho protocolou dois recursos na semana passada no Tribunal de Justiça do Paraná a respeito do caso em que ele é acusado de matar dois jovens em um acidente de trânsito, em 2009, em Curitiba. Os pedidos foram feitos respeitando o prazo legal, conforme explica René Dotti, advogado de defesa do ex-deputado. Segundo ele, agora cabe à vice-presidência do TJ decidir se os documentos serão encaminhados ao STF e STJ. Em fevereiro do ano passado, a 1ª Câmara Criminal do TJ determinou que Carli deve ir a júri popular. A defesa tenta reverter a decisão. Segundo o Ministério Público do Paraná, enquanto os recursos não forem julgados não há possibilidade de o júri ser marcado. Assistente da acusação, o advogado Elias Matar Assad acredita que o trâmite deve levar cerca de 25 dias, devido à troca no comando do TJ, que ocorreu anteontem.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

CNJ pode gastar R\$ 1,2 milhão por mês com aluguel de nova sede

¶ O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em agosto passado deixou as dependências do Supremo Tribunal Federal e se mudou para um prédio da União, em Brasília, está articulando uma nova mudança. Dentre os imóveis previamente analisados, o preferido por técnicos e por parte dos conselheiros está localizado a cerca de 3 km da Praça dos Três Poderes. No caso, seria alugado, por R\$ 1,2 milhão ao mês, 13 andares de uma das torres do recém-construído complexo da Confederação Nacional do Comércio. Apesar do valor do aluguel, o Conselho entende que a locação seria menos onerosa que a construção e manutenção de uma sede própria. Ontem, o presidente do órgão, Ricardo Lewandowski, determinou a ampliação de uma comissão que estava analisando imóveis para uma eventual nova sede.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Novas suspeitas contra auditor e fotógrafo por exploração

Marcelo Frazão e

Fábio Calsavara, do JL

O Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Ministério Público do Paraná (MP-PR) levaram à Justiça mais uma denúncia contra o auditor da Receita Estadual Luís Antônio de Souza, por estupro de vulnerável e favorecimento à exploração sexual de adolescentes. Duas garotas, uma de 13 e outra de 16 anos, admitiram ter sido contratadas para programas sexuais com o auditor, que está na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) 2.

Duas denúncias já foram oferecidas à Justiça e um terceiro inquérito deve ser concluído nesta semana contra o auditor e o ex-assessor do governo do estado Marcelo "Tchello" Caramori.

Os programas feitos pelo auditor com adolescentes datam de 2013 e foram confirmados, além dos depoimentos, pela troca de mensagens telefônicas. Em 13 de janeiro, Souza foi flagrado com uma adolescente de 15 anos na entrada de um motel em Londrina. Na nova ação, o MP e o Gaeco apontam que a garota de 16 anos saiu com o auditor pelo menos duas vezes.

Na segunda-feira, o Gaeco também colheu o depoimento de mais uma menor de 18 anos, que atestou ter sido contratada por Caramori, que está preso na PEL 2 desde a semana passada. As investigações da Polícia Civil e do MP apontam que Caramori e o auditor usariam as mesmas agenciadoras de programas para ter acesso às adolescentes. Pagavam entre R\$ 300 e R\$ 2 mil pelos programas sexuais.

Após mais de 20 depoimentos, os promotores identificaram novos suspeitos de crimes sexuais contra crianças e adolescentes em Londrina. Segundo a promotora Suzana de Lacerda, os fatos já apurados têm consistência suficiente para manter tanto o fotógrafo quanto o auditor presos. Caramori ainda não depôs formalmente no inquérito no qual é investigado junto com o auditor. "Eles deixaram muitos rastros e vamos aprofundar ainda mais as apurações", confirma a promotora Caroline Esteves.

A defesa dos dois iria pedir à Justiça que eles respondam às acusações em liberdade.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Diminui o déficit de delegados nas comarcas do Paraná

Diego Ribeiro

I Caiu em 88% de 2013 para 2014 o número de cidades-sede de comarca do Paraná sem delegados. É nas cidades-sedes se localiza o juízo de primeira instância de um conjunto de municípios ao redor. Nos últimos quatro anos, foram contratados 80 delegados, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), mas o esforço da administração estadual em conter a fuga dos profissionais para oportunidades em outros concursos ou mesmo compensar as aposentadorias vem desde 2011.

Nos dois primeiros anos da atual gestão, a Polícia Civil perdeu delegados e o número de comarcas sem os principais responsáveis pelo inquérito caiu de 16 para 43 na época. Desde então, houve uma política de contratação contínua. Só no ano passado, 66 delegados se formaram na Escola Superior de Polícia Civil. De acordo com a Sesp, Nova Aurora é uma sede de comarca recém instaurada e, por isso, está sem delegado.

Em novembro 2013, a **Gazeta do Povo** mostrou que o estado contava com apenas 331 delegados na época — uma queda de 25% comparada à situação de existente em 2009. Atualmente, a diferença para 2013 não chega a 4%. Para o vice-presidente da Associação dos Delegados do Paraná, João Ricardo Noronha, o número de delegados hoje atende à demanda da população. “Mas você não vai conseguir dar segurança só nomeando delegados. Precisa de outros recursos também. É

156

é o número de cidades-sede de comarca no Paraná. Cinco delas ainda estão sem delegados: Paranacity, Manoel Ribas, Iretama, São João do Ivaí e Nova Aurora (esta última teve a comarca recém inaugurada).

preciso ter um equilíbrio na máquina”, disse.

O delegado ainda lembra que, mesmo com as cidades-sede de comarca com delegados, o profissional ainda recebe uma sobrecarga natural, já que ele é obrigado a cuidar de vários municípios ao mesmo tempo. “Às vezes um delegado tem de cuidar também de município com 50 mil habitantes. Mas isso é natural. O governo vai se sensibilizando. A nossa maior dificuldade ainda são os presos em delegacias”, afirmou.

Sem responsável

Apesar do avanço, ainda há cinco cidades-sede de comarca sem delegados no Paraná — Paranacity, Manoel Ribas, Iretama, São João do Ivaí e Nova Aurora. Atualmente, há um total de 156 sedes de comarca no estado. O delegado-geral da Polícia Civil, Júlio dos Reis, disse que existe a perspectiva de não haver mais cidades-sede de comarca sem delegados.

Segundo ele, há ainda concursados remanescentes do último concurso que podem ser convocados. “Existe perspectiva. Estamos negociando”, disse. Apesar disso, diz o policial, o número de delegados tem atendido a demanda.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Hospital do SUS investigado por cobrar cirurgia

Erika Pelegrino, do JL

O promotor de Justiça, de Proteção a Direitos Humanos, à Saúde Pública e à Saúde do Trabalhador, Paulo Tavares, vai encaminhar denúncia de que médicos teriam realizado procedimentos particulares no Hospital Zona Sul (HZS), em Londrina. A unidade atende exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para que sejam investigados provável crime de peculato na modalidade desvio e ato de improbidade administrativa.

A provável utilização da estrutura do hospital público para cirurgias em pacientes particulares foi levantada em reportagem da TV Tarobá/Band, na segunda-feira. Funcionária fez denúncia anônima envolvendo o ex-diretor do HZS, Weber de Arruda Leite, que ontem pediu exoneração do cargo dizendo que a denúncia é infundada e mentirosa. Em seu lugar, assumiu o médico José Aparecido de Andrade. A denúncia envolve outros médicos que também serão investigados.

O promotor Paulo Tavares afirma que recebeu do Conselho de Saúde da Região Sul de Londrina documentação com prontuários de quatro pacientes e carta com a denúncia anônima, além do ví-

deo com reportagem da tevê que traz também declaração de uma das pacientes, confirmando que pagou R\$ 7 mil para colocação e retirada de balão bariátrico.

De acordo com o promotor, as informações de que dispõe não trazem indícios de que estes pacientes eram do SUS. Faltam as autorizações de internação hospitalar (AIHs), que são emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde autorizando as cirurgias pelo SUS. Weber afirma que os pacientes eram do SUS e que as AIHs foram emitidas.

A denúncia será encaminhada pelo promotor ao Gaco para que seja instaurado inquérito policial para investigar provável crime de peculato na modalidade desvio. Este se caracteriza, uma vez que foi dado ao HZS, destino diverso ao seu de origem, que é exclusivamente o atendimento de pacientes do SUS e não de particulares. Se este crime for comprovado, a pena é de 2 a 12 anos de reclusão e multa a ser estabelecida pelo juiz.

A denúncia também será encaminhada à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público para investigação de ato de improbidade administrativa, já que os médicos usaram equipamentos, medicamentos e materiais públicos para fins particulares. Uma vez comprovado, os envolvidos estarão sujeitos a perda de função, proibição de contratar com poder público, entre outras penalidades.

"A denúncia é mentirosa", diz o ex-diretor

O ex-diretor do Hospital Zona Sul (HZS) Weber Arruda Leite nega que o hospital teria sido usado para a realização de cirurgias e procedimentos particulares. "Essa denúncia foi uma surpresa, é mentirosa e infundada e está denegando todos os funcionários. Deixou uma marca em um hospital que é referência", diz o médico.

Weber afirma que desconhece os motivos que teriam levado à denúncia. Segundo ele, nos quatro anos que esteve na direção do hospital manteve uma boa relação com todos os funcionários. Ele diz que os procedimentos que são alvos de denúncia foram realizados em pacientes do SUS. Além disso, informou que as cirurgias foram agendadas e que as guias de Autorização de Internação Hospitalar (AIHs) foram emitidas.

Sindicância

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) se manifestou apenas por nota à imprensa e informou uma comissão de sindicância investigará o caso. A previsão é de que os trabalhos levem entre 60 e 90 dias. Já o secretário Municipal de Saúde, Mohamad El Kadre, afirma que serão investigadas as situações em que estas cirurgias foram feitas.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

MP denuncia 33 por rebelião em Cascavel

Rodrigo Batista

Trinta e três pessoas foram denunciadas na Justiça pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) por envolvimento na rebelião que ocorreu em agosto de 2014 na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC), no Oeste do estado. Todos são presos que tiveram participação no motim, mas seis deles seriam os líderes. A rebelião terminou com cinco mortos e muita destruição no presídio.

Os seis líderes foram denunciados pelos cinco homicídios, duas tentativas de homicídio, dois casos de vilipêndio de cadáver (que consiste em ultraje contra pessoa morta), 25 situações de tortura, além de prejuízos ao Estado estimados em R\$ 2 milhões. Em nota, o MP diz que “entende que a eles deve ser imputada a participação em todos os crimes, pois os seis tinham controle sobre os rebelados, indicando quem deveria morrer e de que forma”.

Os outros 27 foram denunciados pelos demais crimes de acordo com a participação deles na rebelião. Para fundamentar as denúncias, segundo o MP, foram ouvidas 100 pessoas, entre presos e funcionários públicos, a maioria vítimas da revolta dos detentos.

Iniciada em 25 de agosto, a rebelião em Cascavel durou dois dias. Além de cinco mortos, 25 pessoas ficaram feridas. Para negociar o fim da rebelião, o governo do estado autorizou a transferência de 851 condenados da unidade prisional para diversas outras penitenciárias.

MP-PR e Procon questionam diferença entre cartão e dinheiro

Fabiane Ziolla Menezes

O Procon-PR e o Ministério Público do estado marcaram reunião para hoje à tarde com a prefeitura de Curitiba para discutir a diferenciação da tarifa do transporte coletivo para o cartão-transporte e para quem paga em dinheiro.

Segundo a coordenadora do Procon-PR, Claudia Silvano, essa diferenciação fere um dos princípios constitucionais, o da impessoalidade. “Não se pode tratar de forma desigual dois usuários que usam o mesmo serviço”.

O promotor de Justiça do MP-PR na área de Defesa do Consumidor, Maximiliano Ribeiro Deliberador Neto, encaminhou ainda ontem à administração municipal um parecer formal sobre o assunto.

No documento, o promotor também alerta a prefeitura de que em situações similares, no Rio de Janeiro e em São Paulo, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, consideraram ilegal a diferenciação na tarifa.

MPE sugere absolvição de vereador acusado de “criar” vaga

O Ministério Público Eleitoral (MPE) recomendou a absolvição do vereador José Augusto Liberato (SD), de Itaperuçu, na Região Metropolitana de Curitiba. Ele é acusado de alterar o Diário Oficial publicado em um jornal de circulação local para “criar” duas vagas no Legislativo municipal e, assim, assumir uma das cadeiras. Segundo o MPE, a edição do jornal no qual a emenda à Lei Orgânica do município foi publicada não era falsa, ao contrário do que consta na acusação. A mesma publicação, de acordo com o Ministério Público Eleitoral, foi utilizada para dar publicidade a atos oficiais da prefeitura de Doutor Ulysses. Além disso, o MPE constatou que a Lei Orgânica de Itaperuçu já previa o total de 11 cadeiras na Câmara de Vereadores, conforme aprovado em 1994. Liberato chegou a ser preso pela Polícia Federal (PF) em outubro do ano passado, mas conseguiu uma liminar e acabou solto um dia depois.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Delator revela propina de R\$ 12 milia Duque

Empresário diz ter pago a quantia por negociação envolvendo a Repar. Mas há indícios de que o valor pode ser superior

Amanda Audi,
com Estádio Conteúdo

O empresário Julio Camargo, um dos delatores da Operação Lava Jato, afirmou em depoimento à Justiça Federal, em Curitiba, que pagou R\$ 12 milhões em propina ao ex-diretor da área de Engenharia e Serviços da Petrobras Renato Duque e ao ex-gerente Pedro Barusco por uma obra na refinaria Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, na região metropolitana de Curitiba. Mas há indícios de que Duque, que foi indicado ao cargo pelo PT, pode ter recebido ainda mais pela reforma na Repar, segundo as investigações.

Documentos apreendidos com Camargo em novembro sinalizam que a verba repassada a Duque pelas obras na refinaria pode chegar a pelo menos R\$ 18 milhões. Foram recolhidos contratos de prestação de serviço entre empresas de Camargo e empreiteiras que estão sendo investigadas sob a suspeita de

dissimularem propina.

Além disso, o mesmo esquema foi relatado pelo executivo Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, outro delator, que firmou pelo menos seis contratos para esquentar parte da propina de até R\$ 60 milhões que ele diz ter pago a Duque. Os contratos eram entre empresas de fachada ligadas ao escândalo da Construtora Delta, em 2012, com empreiteiras ou empresas dos delatores. Dois deles somam R\$ 2,96 milhões e se referem à Repar.

O dinheiro, segundo delatores, seria lavado em depósitos no exterior, pagamentos em dinheiro vivo e em doações de campanha para partidos da base aliada do governo.

No depoimento, Camargo citou um contrato de R\$ 2,4 bilhões firmado com o consórcio CCPR, formado pelas empresas Camargo Corrêa e Promon. Apesar de dizer que a praxe era pagar o "pedágio" de 1% do valor total do contrato, ele afirmou ter destinado R\$ 12 milhões para propina, ou seja, 0,5% do valor da obra.

O empresário afirmou que atuava apenas com a diretoria de Duque. E que a intermediação com a diretoria de Abastecimento, de Paulo Roberto Costa, teria ficado a cargo de Eduardo Leite, vice-presidente da Camargo Corrêa que foi preso em 2014.

Entre os documentos de Camargo recolhidos pela Polícia

Federal (PF), aparece um contrato de uma empresa do executivo, a Treviso Empreendimentos, com a construtora Camargo Corrêa, no valor de R\$ 12 milhões, de 2009 — data em que o contrato na Repar foi fechado. A PF também apreendeu um termo aditivo, de 2010, sem valor específico. Em outro aditivo, de 2011, o valor é ampliado para R\$ 18 milhões.

Em mais um contrato apreendido, outra empresa de Camargo, a Auguri, fechou acordo com o consórcio Interpar (formado pelas empresas Setal Óleo e Gás, MPE e Mendes Júnior), também para obras na Repar. Não há valor especificado.

Os contratos do consórcio CCPR e da Interpar têm indícios de superfaturamento, de acordo com o Tribunal de Contas da União. O sobrepreço nesses dois acordos seria de pouco mais de R\$ 1 bilhão.

Duque chegou a ser preso em 2014, mas foi solto em seguida. Na semana passada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, recomendou ao STF que mande prendê-lo por risco de fuga do país.

Outro lado

A defesa de Duque disse que ele "refuta o recebimento de propinas, bem como qualquer interferência em doações de campanha feitas por empresas a partidos políticos ou políticos". As empresas citadas não responderam à reportagem.

04 FEV 2015

GAZETA DO POVO

PARANAENSE

Ministro do STF envia à Procuradoria indícios envolvendo Meurer

O ministro Teori Zavaski, relator das ações sobre a Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), remeteu ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o caso do deputado Nelson Meurer (PP-PR). Zavaski quer que Janot tome as providências que julgar cabíveis – como um eventual pedido de abertura de inquérito – para que as investigações prossigam.

Durante o recesso do Judiciário, em janeiro, chegou ao STF trecho de investigação em que Meurer é citado como beneficiário do esquema de corrupção e lavagem de dinheiro. O juiz Sérgio Moro, que conduz o caso no Paraná, afirmou em despacho que a Polícia Federal encontrou lançamentos efetuados a título de 'Nelson' e 'Nelson Meurer' nos anos de 2008 e 2009. O caso foi enviado ao STF em razão do foro privilegiado do deputado. Os lançamentos, segundo o juiz, podem ser referentes a pagamentos feitos pelo doleiro Carlos Habib Chater ao parlamentar, a pedido de Alberto Youssef. O deputado nega as acusações e diz desconhecer Chater.

04 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogado de FHC solicitou parecer sobre impeachment

Peça diz haver razões para pedir afastamento
de Dilma por desvios em estatal

Ex-presidente diz que só soube do documento pelo jornal e que impeachment "não é matéria política"

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

O parecer jurídico que diz haver fundamentos para o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) por causa dos escândalos na Petrobras foi encomendado por um advogado que trabalha para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e integra o conselho do Instituto FHC.

O documento, escrito pelo advogado Ives Gandra da Silva Martins, foi solicitado por José de Oliveira Costa. O próprio Costa confirmou à *Folha* que trabalha para FHC: "Sou advogado dele".

Ele nega, no entanto, que o ex-presidente soubesse do parecer. Refuta também que o documento tenha caráter político: "Não tenho ligação nenhuma com o PSDB. Nem sei onde fica o diretório."

Martins nega que a peça tenha pretensões políticas: "Meu parecer é absolutamente técnico. Para mim, é indiferente se o cliente é o Fernando Henrique Cardoso ou uma empreiteira".

O parecerista diz que cobrou pela peça, mas não revela o valor. Advogados ouvidos pela *Folha* dizem que uma peça dessas assinada por Martins pode custar de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil.

Questionado pela reportagem, FHC disse em nota que soube nesta terça (3) pela *Folha* que Costa encomendara o parecer —Martins citou o nome do advogado em artigo publicado nesta terça no jornal. Para o ex-presidente, "neste momento", o impeachment "não é uma matéria de interesse político".

ATÉ O FIM

Em artigo publicado neste domingo (1º), FHC incita juízes, procuradores e a mídia a ir até as últimas consequências na apuração dos desvios da Petrobras: "Que tenham a ousadia de chegar até aos mais altos hierarcas, desde que efetivamente culpados".

O parecer de Martins conclui que há elementos para que seja aberto o processo de impeachment contra Dilma por improbidade administrativa "não decorrente de dolo [intenção], mas de culpa".

Culpa, em direito, detalha Martins, são as figuras da "omissão, imperícia, negligência e imprudência".

Segundo ele, Dilma tem culpa nesse campo porque ocupava a presidência do conselho da Petrobras em

2006 quando foi comprada a refinaria de Pasadena, nos EUA, por um valor que chegaria a US\$ 1,18 bilhão dois anos depois. No ano passado, a presidente disse que não aprovaria a compra se tivesse melhores informações sobre a refinaria.

A compra resultou num prejuízo de US\$ 792 milhões, de acordo com o TCU (Tribunal de Contas da União).

A presidente, para o parecerista, manteve uma diretoria na estatal "que levou à destruição da Petrobras".

O advogado de FHC diz que encomendou o parecer a partir de uma dúvida que surgiu numa reunião: "Juridicamente é possível iniciar um processo de impeachment por responsabilidade civil, ou seja, por culpa?" Segundo ele, a peça seria usada se algum cliente tivesse interesse por essa mesma dúvida.

EMPREITEIRA

Costa nega que haja alguma empreiteira investigada na Operação Lava Jato por trás do pedido.

A legislação prevê que tanto as empreiteiras quanto os seus diretores sejam condenados se a Justiça concluir que houve fraude em licitações da Petrobras e as empresas agiam como um cartel.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

04 FEV 2015

Impeachment

Espantou-me a leitura do artigo de Ives Gandra da Silva Martins ("A hipótese de culpa para o impeachment", Tendências/Debates, 3/2). Os vencidos na eleição da presidente Dilma estão inconformados. O autor opina que para o impedimento presidencial basta a ocorrência de culpa, mas olvidou-se de que, nessa modalidade de crime, a culpa tem graus. Erros culpáveis são cometidos por todos e nem por isso devem resultar em impeachment, a ser aplicado apenas em casos gravíssimos de inescusável culpabilidade, pois abala a democracia e é prejudicial para o futuro de todos nós.

TALES CASTELO BRANCO,
advogado (São Paulo, SP)

As razões jurídicas apresentadas pelo professor-doutor Ives Gandra da Silva Martins não só convencem, mas, efetivamente, demonstram que já passou a hora do impeachment da presidente. Mesmo reconhecendo que o julgamento é "mais político que jurídico" são, na verdade, as razões jurídicas e constitucionais que não só servem de fundamento ao impeachment mas obrigam à expulsão de chefe do Executivo omissor, negligente, imperito ou partícipe direto de ilicitude.

GISELA ZILSCH, procuradora aposentada do Estado de SP (São Paulo, SP)

Sugiro ao ilustre professor Ives Gandra da Silva Martins que, assim como procedeu com relação a Dilma Rousseff, elabore um parecer sobre a possibilidade da abertura de um processo de impeachment e cassação dos mandatos, respectivamente, do governador Geraldo Alckmin e do senador José Serra. Esse parecer teria como justificativa omissão, imperícia, negligência e imprudência desses gestores no trato do bilionário esquema de propina montado pelos governos do PSDB de São Paulo desde 1995, com poderosas multinacionais do setor de transporte.

JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA CAPITÃO (Mairinque, SP)

04 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Audiência de custódia

Acerca da apresentação do preso em 24 horas a um juiz ("Preso em flagrante em SP terá de ser apresentado a juiz em até 24h", "Cotidiano", 3/2), faltou mencionar que, em São Paulo, os juízes que farão as audiências não têm a garantia de decidirem livremente sem o risco de serem removidos de suas funções caso, por exemplo, soltem mais do que a cúpula do tribunal considere adequado, como aconteceu com este leitor e magistrado.

ROBERTO LUIZ CORCIOLI FILHO, juiz e mestrando em Direito Penal e Criminologia (São Paulo, SP)

04 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

TÃO LONGE, TÃO PERTO

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF (Supremo Tribunal Federal), está nos EUA acompanhando a mulher, Tereza Cristina, que se submeteu a uma cirurgia na Clínica Mayo. Como não pôde comparecer à formatura da turma de direito da PUC-SP, da qual era patrono, ele enviou um vídeo gravado.



Na próxima semana, Barroso volta às sessões no STF.

04 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Polícia desconfia que doleiro fumou maconha em sua cela

DE SÃO PAULO

A Polícia Federal desconfia que o doleiro Alberto Youssef e o advogado Carlos Alberto Pereira da Costa, presos na superintendência do órgão em Curitiba em decorrência da Operação Lava Jato, fumaram maconha dentro da cela na carceragem.

Em documento interno, dois agentes federais relatam ter sentido um “odor característico de entorpecente” vindo da cela em que estavam Youssef e Costa —no entanto, ao entrarem, ouviram a descarga do sanitário.

O caso, ocorrido em julho de 2014, foi revelado nesta terça (3) pelo site do jornal “O Estado de S. Paulo”.

Os presos da Lava Jato “lo-

go saíram [da cela] aparentando certo desconcerto”, narra um dos agentes. Em seguida, o delegado Ivan Ziolkowski foi chamado para apurar o fato.

A versão dos presos dá conta de que eles fumavam na cela, sim, mas não um baseado.

Tratava-se tão somente, afirmou Costa ao delegado, de um cigarro de chá de hortelã confeccionado com uma página da Bíblia.

O preso também contou que tinha um isqueiro, que foi recolhido pelos agentes da Polícia Federal.

Ziolkowski não ficou convencido com a narrativa. Pediu, então, que o preso enrolasse outro cigarro de hortelã com uma folha bíblica —e acendesse o artefato.

No entanto, o cheiro, disseram os agentes, não era igual ao que sentiram.

Outros presos sentiram o aroma característico da cannabis —ou “cheiro de mato queimado”, definição que o relatório atribui a um detento. Outro ficou animado e tascou: “Vai deixar nós tudo doído [sic]”, diz o documento.

PRERROGATIVA

Por ser advogado, Costa tem a prerrogativa de receber visitas sem a presença de agentes carcerários.

A Polícia Federal usou cães farejadores na tentativa de achar indícios da droga em todas as celas da carceragem em Curitiba, mas acabou não encontrando nada.

No dia último dia 19, o Ministério Público Federal decidiu pelo arquivamento do inquérito, já que não houve flagrante e não há provas do uso da droga dentro da cadeia.

(ALEXANDRE ARAGÃO)



04 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Militão

Tomem nota

Ouvido, ontem, nos corredores do Fórum de Londrina: pedidos de prisão de mais duas pessoas acusadas de envolvimento em “casos sexuais” estão na mesa de um magistrado. Por isso, a qualquer momento, poderão ter as prisões decretadas.

Advogado pede a liberdade de Caramori

Londrina - O advogado do fotógrafo e ex-assessor do Governo do Estado Marcelo Caramori protocolou na tarde de ontem um pedido de liberdade na 6ª Vara Criminal de Londrina. Leonardo Vianna, que representa o fotógrafo, alegou que não há a necessidade de Caramori permanecer preso no decorrer das investigações que apuram o crime de exploração sexual. “Ele nunca foi processado e possui residência fixa. O fato não é hediondo e não foi praticado com violência. Ele em liberdade não vai oferecer risco ao processo”, garantiu. (Reportagem Local)

MP denuncia 33 por rebelião

Londrina - O Ministério Público do Paraná apresentou ontem denúncia contra 33 pessoas acusadas de participação na rebelião da Penitenciária Estadual de Cascavel, ocorrida em agosto do ano passado, e na qual cinco pessoas morreram. Segundo a assessoria de imprensa do MP, seis dos denunciados são apontados como os líderes do motim. Eles foram denunciados por participação nas mortes, tentativas de assassinatos, vilipêndios, torturas, danos ao patrimônio público, além dos crimes de motim e formação de quadrilha. (Reportagem Local)

04 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

A criminalidade e a juventude

Luciano Stremel Barros

O contrabando e o tráfico de drogas nos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras vêm assolando a economia do País, provocando desemprego e operando uma devassa em impostos que poderiam, de outra forma, ser revertidos na melhoria de áreas fundamentais como saúde, educação e segurança.

Um dos temas que ainda não recebeu o devido destaque é a arregimentação, por parte dos contrabandistas, de jovens para práticas criminosas. Os números são alarmantes.

Um estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf) mostra que nas chamadas cidades-gêmeas, municípios brasileiros e de países vizinhos que dividem a linha de fronteira, o número de homicídios supera em sete pontos a taxa nacional.

O percentual médio de pessoas em idade escolar nas cidades gêmeas brasileiras (33,38%) é superior à do restante do Brasil (29,51%). Com isso, essas cidades se tornam locais propícios para o recrutamento de jovens pelo crime, levando futuros talentos às práticas criminosas.

A atividade é procurada preferencialmente por pessoas de 15 a 25 anos e transforma estes jovens num verdadeiro exército que tem como atrativo a lucratividade do contrabando e possui uma margem similar a do tráfico de alguns tipos de entorpecentes.

O contrabando também se torna uma porta de entrada para outros crimes como lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas e armas, além de trabalho escravo. Um bom exemplo é o caso do contrabando de cigarros.

Desde 2011, apesar do reforço da segurança nas fronteiras, os contrabandistas para-

guaios inundam o mercado brasileiro com produtos que custam menos da metade do preço mínimo exigido pela legislação e utilizam nossos jovens como principal "mão de obra" para operar o contrabando.

Segundo o levantamento do Idesf, feito com base em dados do Ministério da Saúde, a média de homicídios por 100 mil habitantes nas cidades gêmeas é de 36,93, enquanto a média nacional é de 29,05.

O estudo ainda elaborou um ranking das seis cidades mais violentas da fronteira: Coronel Sapucaia, no Mato Grosso Sul na fronteira com o Paraguai, apresenta o maior índice entre as cidades-gêmeas do Brasil: 112,25 mortes por 100 mil habitantes, seguido pela cidade de Paranhos, no Mato Grosso

do Sul, Guaíra no Paraná, Mundo Novo – em Mato Grosso do Sul, Foz do Iguaçu no Paraná e Ponta Porã no Mato Grosso do Sul. Cidades grandes como São Paulo e Rio de Janeiro têm índices de 15,36 e 18,87 respectivamente.

É urgente que as autoridades de todos os âmbitos federal, estadual e municipal estejam interligadas não apenas em ações de inteligência para combater o contrabando como também para trazer a estas cidades oportunidades que levem os jovens a outros cami-

inhos com mais futuro para o País.

O Brasil não pode ver de braços cruzados o contrabando arrebatando os nossos melhores talentos para o submundo do crime.

É nosso dever não apenas combater, mas prevenir com ações concretas e que levem em consideração o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Um basta já!

LUCIANO STREMEL BARROS

é presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (Idesf)

66

*O Brasil não pode
ver de braços
cruzados o
contrabando
arrebatando os
nossos melhores
talentos para o
submundo do crime*

04 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA **PREFEITO ACOMPANHA POSSE DA** **NOVA DIRETORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

O prefeito Gustavo Fruet participou na tarde de segunda-feira (02) da cerimônia de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), eleita para o biênio 2015/2016. O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos assumiu a presidência do Judiciário.

Também tomaram posse o 1º vice-presidente, desembargador Renato Braga Bettega, e o 2º vice-presidente, desembargador Fernando Wolff Bodziak.

Para o cargo de corregedor geral da Justiça foi empossado o desembargador Eugênio Achille Grandinetti. O desembargador Robson Marques Cury é o corregedor da Justiça.

Para as quatro vagas do Conselho da Magistratura foram empossados os desembargadores Fábio Haick Dalla Vecchia, Abraham Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mario Helton Jorge.

04 FEV 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PANORAMA POLÍTICO

PEDRO WASHINGTON

IMPEACHMENT É ATO POLÍTICO

Um estudo feito pelo renomado jurista Ives Gandra da Silva Martins contratado por seu amigo, o também advogado José de Oliveira Costa, e não por um empreiteiro como a princípio foi divulgado, vai dar o que falar. Nele o dr. Ives cita todos os artigos da Constituição consultados, inclusive o art. 37 parágrafo 6º da lei que trata da responsabilidade do Estado por lesão ao cidadão e à sociedade, além da Lei do Impeachment (nº 1079/50) alterada pela 10.028/00, para concluir que há base jurídica para um pedido de impeachment do mandato da presidente Dilma. A sustentação principal está na improbidade administrativa "não decorrente de dolo, mas apenas de culpa". "Por culpa em direito", explica o jurista, "são consideradas as figuras da omissão, imperícia, negligência e imprudência". Neste momento em que são colhidos em Curitiba, os importantes depoimentos de pessoas que testemunharam os fatos ocorridos na Petrobras nos últimos mandatos (desde o primeiro do ex-presidente Lula), com o envolvimento indispensável de dirigentes da empresa nomeados por indicações políticas, a repercussão do artigo do eminente professor publicado na Folha de São Paulo, está fadado a grande repercussão. Embora o nome da presidente Dilma e de seu padrinho político, não tenham aparecido nos depoimentos anteriores, senão nas declarações de Alberto Youssef, de que eles "saberiam das ocorrências" o dr Ives se apega na declaração da então presidente do Conselho Administrativo da Petrobras de que "apoiara a compra de Pasadena com informações incompletas do relatório oferecido por Nestor Cerveró", o que demonstra ter incorrido nos quatro fundamentos da culpa. Além disso a insistência em ter mantido a mesma diretoria no 1º e no 2º mandato (agora iniciado) que levou a Petrobras à destruição. O importante trabalho realizado pelo dr. Ives Gandra a pedido do advogado José de Oliveira Costa, certamente vai se prestar a ação em benefício de algum cliente envolvido na Lava Jato. Daí o autor lembrar o fato de que o impeachment é um ato político. Prova disso é que o mandato do presidente Collor cassado pelo Congresso, anos depois foi desqualificado no processo do STF, que o inocentou. O fato que comprometeu Collor, um carro Elba, se comparado aos atuais era insignificante.

04 FEV 2015

PAINEL

BEMPARANA

Ensino

Criança com seis anos completados até 31 de março pode iniciar ensino fundamental. O entendimento é da 5ª Turma do TRF da 2ª Região.

Prisão

Empregado preso pode ser demitido por justa causa. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

Dolo

O simples encerramento irregular das atividades da empresa, quando ela fecha sem dar baixa na Junta Comercial ou deixando dívidas, não é suficiente para a desconsideração da pessoa jurídica, pois esta exige a comprovação da existência de dolo. O entendimento é da 2ª Seção do STJ.

Volante

Vereadores e assessores não podem dirigir carros oficiais, tarefa que deve ser executada por motoristas habilitados em concurso público. O entendimento do juiz da Vara de Fazenda Pública de Taubaté (SP).

Parecer

Advogado não pode ser processado pelas convicções apresentadas em parecer jurídico. O entendimento é da 3ª Câmara Criminal do TJ de Mato Grosso.

Esclerose

Pessoa que tem esclerose múltipla não pode ser contratada em vaga destinada a deficiente físico. O entendimento é da 12ª Vara do Trabalho de Brasília.

Livros

Imunidade de impostos também se aplica para livros eletrônicos. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do TJ de Goiás.

DIREITO SUMULAR

Súmula nº 478 do STJ - Na execução de crédito relativo a cotas condominiais, este tem preferência sobre o hipotecário.

MP e Procon alertam prefeitura

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) encaminhou ontem uma recomendação ao Município de Curitiba para que seja reconsiderada a decisão de implantar a tarifa diferenciada no transporte coletivo. A orientação da Promotoria de Defesa do Consumidor da capital é que o valor da passagem seja o mesmo, tanto para quem paga em dinheiro como para quem utiliza o "cartão transporte". A mesma advertência foi feita pelo Procon. Segundo o promotor de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador, o serviço prestado é o mesmo, não podendo haver diferenciação na tarifa. O Superior Tribunal de Justiça considerou ilegal a diferenciação.

Absolvição

A Promotoria de Justiça Eleitoral de Rio Branco do Sul (Região Metropolitana de Curitiba), recomendou a absolvição pela Justiça do vereador José Augusto Liberato, acusado de falsificar o Diário Oficial para divulgar uma emenda à Lei Orgânica do Município, que ampliou de nove para 11 o número de vereadores na Câmara de Itaperuçu para obter uma vaga na Casa. Liberato chegou a ser preso e está afastado do cargo, respondendo em liberdade à Justiça por crime eleitoral. Ao analisar novas provas, o Ministério Público verificou que a edição do jornal, no qual a emenda foi publicada, não era falsa.

04 FEV 2015

BEMPARANÁ

Planejar divisão de bens evita conflitos familiares

Especialistas orientam que pessoas que conquistaram patrimônio durante a vida precisam pensar antecipadamente como seus bens serão transmitidos aos herdeiros após sua partida. A herança pode ser conduzida de diversas formas, entre elas pela doação ou pelo testamento.

Um dos procedimentos muito utilizados pelas famílias é a doação em vida, que, para filhos e cônjuge, funciona como uma antecipação da herança. "É preciso que todos os herdeiros estejam de acordo com a divisão pretendida", destaca Rogério Portugal Bacellar, presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), lembrando que os cartórios extrajudiciais ajudam tanto na orientação como na formalização de todos os documentos que envolvem o planejamento sucessório.

Já o testamento, apesar de ser feito em vida, organiza como os bens serão divididos apenas após o falecimento do testador. O procedimento pode ser feito por qualquer pessoa com mais de 16 anos, independentemente da extensão do patrimônio, sem necessidade de um advogado.

Em caso de morte, é preciso que os familiares providenciem o registro do testamento em juízo e então façam a abertura do processo de inventário, que pode ser judicial, feito quando há envolvimento de menores de idade, ou, extrajudicial, quando todos os envolvidos são maiores de 18 anos.

Doação

A doação deve ser formalizada no tabelionato de notas por meio de uma escritura pública, que precisa ser assinada por todas as partes. Quando se tratar de imóvel, é necessário ainda fazer o registro da matrícula do bem em um cartório de registro de imóveis. Cada doação realizada em vida pressupõe o pagamento de um tributo estadual chamado Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD).

Usufruto

O doador também pode optar por fazer a doação com reserva de usufruto, aconselhável para quem quer facilitar a elaboração do inventário e decidir em vida o destino dos bens, mas sem ficar desprotegido. O usufruto garante que os herdeiros não expulsem os moradores ou vendam o bem doado antes do falecimento. Para doar um imóvel com reserva de usufruto, o proprietário do imóvel precisa pagar o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Testamento

No Código Civil estão previstos três tipos de testamento, o particular, feito pelo testador na presença de três testemunhas, o cerrado, que é um documento particular aprovado pelo tabelião de notas perante duas testemunhas que então é costurado e lacrado, e o público, feito e registrado no livro do cartório. Além de decidir para quem deseja destinar seus bens após a morte, o testador pode ainda usar o testamento para declarar uma vontade, reconhecer dívidas, fazer uma confissão ou uma declaração e, até mesmo, reconhecer a paternidade de um filho.

Inventário extrajudicial

A possibilidade de fazer um inventário extrajudicialmente é uma das principais facilidades proporcionadas pela Lei nº 11.441/07, que permitiu a elaboração do documento em qualquer tabelionato de notas, por meio de escritura pública, de maneira simples e segura. Nesse procedimento é feita a relação de bens, direitos e dívidas da pessoa, e a partilha do que foi relacionado. Para que o documento possa ser feito em cartório, ou seja, extrajudicialmente, é preciso que todos os herdeiros sejam maiores e capazes, deve haver consenso entre eles quanto à divisão estabelecida no inventário, não pode haver testamento e a escritura deve ser feita com a participação de um advogado. Como não depende de homologação judicial, o inventário produz efeito logo após sua assinatura. Para outros casos, o inventário só pode ser feito judicialmente.

04 FEV 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Delator diz que pagou R\$ 12 milhões de propina

O consultor Julio Camargo afirmou em depoimento prestado nesta segunda-feira (2), em Curitiba, ao juiz federal Sérgio Moro e a procuradores do Ministério Público Federal que atuam na Operação Lava Jato que pagou R\$ 12 milhões de propina ao ex-diretor da Petrobras Renato Duque e ao ex-gerente da estatal Pedro Barusco.

Segundo Camargo, na ocasião executivo da Toyo Setal, uma das empresas fornecedoras da Petrobras, disse que a propina foi cobrada sobre um contrato de R\$ 2,4 bilhões para fornecimento de coque e ácido sulfúrico para a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária (PR). ■

NORAS POLÍTICAS

Depoimentos divididos

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, durante o recesso do Judiciário, dividir em 42 partes os depoimentos dados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Yousseff nas delações premiadas feitas dentro da Operação Lava Jato, que investiga desvios de dinheiro da estatal.

Absolvição de vereador

A Promotoria de Justiça Eleitoral de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, recomendou ontem a absolvição do vereador José Augusto Liberato (SD). Em outubro de 2014, o parlamentar foi acusado de falsificar uma página do Diário Oficial de Itaperuçu em benefício próprio. Liberato chegou a ser afastado do caso e preso. Caso seja absolvido pela Justiça, o vereador poderá voltar à Câmara.

04 FEV 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

—NA JUSTIÇA—

As medidas provisórias 664 e 665, que propõem mudanças na concessão de direitos trabalhistas e previdenciários como o seguro-desemprego, estão sendo questionadas no Supremo Tribunal Federal (STF). O partido Solidariedade, Força Sindical e Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) querem que o tribunal discuta a constitucionalidade das medidas. O pedido é para que as MPs sejam suspensas até análise pelo plenário da Corte e, posteriormente, declaradas inconstitucionais. A ação protocolada pela Força e pela CNTM foi distribuída ontem no STF. Já o questionamento do Solidariedade chegou na última sexta-feira. A alegação é de que não foi respeitado um dos requisitos para edição de medidas provisórias: o pressuposto de urgência. Desde a edição das medidas provisórias, as centrais sindicais têm participado de reuniões com o governo para discutir "ajustes" nas mudanças.

RESSOCIALIZAÇÃO

Mulheres que cumprem pena no Centro de Regime Semi-Aberto Feminino de Curitiba (Craf) têm a possibilidade de participar de capacitações profissionais. Catorze fazem parte do Curso de Monitor de Transporte Escolar, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), do Ministério da Justiça. Na avaliação do técnico de Formação Profissional do curso no Sest/Senat, Reinaldo Fuzzetto, as mulheres estão tendo bom desempenho no curso. "Elas são dedicadas, educadas e principalmente, organizadas".